

“ESMOLAR EM JARAGUÁ DO SUL NÃO DÁ PÉ”

Ancelmo Schörner *

“Esmolar em Jaraguá do Sul não dá pé”, “Não estamos acostumados a isso”, “O sonho virou pesadelo”. Estas são expressões que encontramos em jornais¹ de Jaraguá do Sul/SC e região desde os anos de 1990 e são resultado de uma intensa veiculação de propagandas e discursos negativos sobre os migrantes.

Entre 29/09/2003 e 31/10/2003 pesquisamos no Arquivo Histórico Municipal de Jaraguá do Sul Eugênio Victor Schmockel em 4.177 jornais com datas de edição entre 1969 e 2003. Em nossa pesquisa o objetivo era analisar como a imprensa local e regional tratava as questões da migração. Os dados coletados possibilitaram não apenas reconstituir em suas grandes linhas a História de Jaraguá do Sul de um determinado período, como também apreender a problemática da migração.

Segundo Costa (2000, p. 107), é preciso valer-se do material veiculado pela imprensa² local, mas ler nas entrelinhas, buscar o não explícito, fazer a contraleitura para resgatar a voz dos que foram silenciados pela oficialidade. Contudo, é importante que essas fontes jornalísticas sejam

complementadas com outras fontes, como as orais, que podem ser utilizadas não apenas para preencher lacunas documentais, mas para iluminar pontos obscuros e colocar questões que possam fornecer outros ângulos que não aqueles da negatividade moral construída pelos discursos mais diretamente comprometidos com o poder, nos quais os migrantes são de uma incômoda visibilidade.

Jaraguá do Sul está longe de ser um município pobre, embora a notável desigualdade na distribuição de renda não tenha socializado os benefícios do desenvolvimento. Dados, por exemplo, como aqueles do Índice de Desenvolvimento Humano e Social, baseiam-se muito em informações quantitativas e não conseguem apreender as diferenças intra-urbanas existentes. Contudo, as contradições da vida urbana que o poder político e econômico dominante procura ocultar, começam a ser percebidas mesmo porque são vividas pela população. Por isso é preciso denunciar a idéia da harmonia cidadina local, pretendida pela classe dominante, que divulga a idéia da cidade como algo dinâmico, progressista, harmônico, homogêneo, enfim, como se fosse uma grandes-

síssima família irmanada por ideais comuns desde o tempo de sua fundação pelos imigrantes alemães.

Desvendar um panorama é uma tarefa complexa devido ao poder de disseminação de idéias e conceitos que têm grande influência na cidade hegemônica, haja vista que ao grande público restam as opiniões, análises e impressões veiculadas pela imprensa, da autoria de jornalistas, políticos e administradores públicos, e só uma vez ou outra também de pesquisadores de temas urbanos e profissionais de planejamento urbano.

Se nos anos de 1980 a palavra para caracterizar o processo migratório para Jaraguá do Sul era *onda*, nos anos 1990 ela é *desenfreada*, haja vista que a migração passou “a ser um dos problemas enfrentados pelo poder público em Jaraguá do Sul, que poderá vir a conviver com a favelização, aumento da criminalidade e da fome” (Correio do Povo, 20/03/1993, p. 1). A ela foi acrescentada a expressão “o sonho virou pesadelo”, pois os problemas verificados eram os mesmos vistos em outros pólos industriais do Brasil e do Estado, como são os casos de São Paulo e Joinville. Favelização, aumento da criminalidade,

escolas sem vagas, hospitais superlotados, contribuindo para a queda de qualidade dos serviços prestados à comunidade (Correio do Povo, 20/03/1993, p. 16).

Nos anos 1990, a migração continuava a preocupar empresários e autoridades. Segundo o Jornal do Vale (06/04/1990, p. 11),

os Cartórios Eleitorais de Guaramirim e Jaraguá do Sul têm registrado um enorme contingente de paranaenses e catarinenses do Planalto solicitando transferências de títulos eleitorais. As escolas experimentam também um aumento das matrículas. São famílias inteiras que chegam, muitas das quais sem emprego fixo, desprovidas de qualificação, que vêm 'tentar a sorte', atraídas pela fartura de empregos que a região pode oferecer. O sonho virou pesadelo. Aqui abrigam-se em submoradias, sujeitando-se a péssimas condições de habitabilidade, criando sérios problemas de ordem social.

O 3º pólo industrial do estado de Santa Catarina dava mostras "de seu crescimento desordenado, pois além da migração em alto grau que vem sendo verificada, os sinais de pobreza aparecem em focos que podem ser detectados em vários pontos do perímetro urbano do município. A favelização de Jaraguá do Sul já é uma realidade" (Opinião, 26/02/1993, p.9). Contudo, ela era negada pela administração pública, que alegava "que deixa o cargo satisfeito, entre outra coisa, porque em sua administração não surgiram favelas na cidade". Contudo, o prefeito estava enganado, pois era possível encontrar vários focos de favelização pela cidade.

Diante disso, caberia aos segmentos que comandam as atividades públicas e econômicas mudarem a atual mentalidade que gera uma publicidade enganadora de mostrar Jaraguá do Sul como um município de alta renda, livre do desemprego e da miséria. Publicidade esta que atrai cada vez mais migrantes, ávidos por empregos e melhores condições de vida, que, no entanto, ao chegarem à cidade se deparam com obstáculos que vão desde a falta de oferta de emprego e a não existência de moradias populares na medida necessária.

Nas mesmas tintas, o jornal esclarecia que não estava propondo "uma atitude policialesca, de cerceamento de liberdade de ir e vir. Contudo, caberia, isto sim, uma ampla campanha de esclarecimento e conscientização a ser encabeçada por empresários e poder executivo. Isto, certamente, evitará problemas maiores no futuro, como os que enfrenta hoje – guardadas as devidas proporções – a cidade de Joinville" (Correio do Povo, 23/12/1992, p.20). Ou seja, um desejo de fechamento da fronteira era perceptível, mas não assumido, e não deixava, novamente, de fazer parte de um conteúdo manifesto do discurso dominante em vista dos problemas sociais.

Analisando aquele momento do estágio de desenvolvimento do município, o então presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Luiz Zonta (Partido Democrático Social), dizia que o maior problema de Jaraguá do Sul estava diretamente ligado ao setor de infra-estrutura da grande periferia, onde havia "problemas muito sérios, por exemplo, com os loteamentos clandestinos, que exigirão grandes serviços e investimentos da municipalidade" (Jaraguá News, 18/03/1993, p.14).

Segundo o Correio do Povo (11/02/1993, p.2), já iam longe os anos em que a cidade era um modelo de organização humana, pois o progresso trouxe também o seu lado negativo, e à medida que o desenvolvimento se põe à mostra, na mesma proporção se propaga a miséria, algo perturbador onde entre o lixo e o luxo, se tem a nítida visão do abandono". Para se dar conta disso, "seria bom caminhar pelas periferias e colher os dados que não estão influenciando naqueles que sentam em ambientes de primeiro mundo e traçam um perfil que não conduz a nada.

Em agosto de 1993, a Secretaria do Bem-Estar Social fazia um balanço de suas atividades afirmando que "nestes primeiros seis meses de atividades ela tem se empenhado no sentido de ouvir as pessoas bem como a comunidade e na medida do possível procurar atender a família jaraguarense. Foram desenvolvidas atividades na área de promoção social com atendimentos emergenciais sendo: 208 cestas básicas, 98 atendimentos com fotos para pessoas carentes, 67 plantas de casas, 27 documentos – certidões de registros – 2 auxílios moradias, 49 auxílios funeral, 782 atendimentos com materiais de construção, 203 passagens (migrantes), 8 auxílio transporte, 1754 atendimentos com vestuário e calçados, 744 atendimentos para xérox, entre outros. Teve ainda atendimento particular com psicóloga, ligações, solicitações de moradias e visitas domiciliares (Jornal Espaço Popular, 13/08/1993, p.2, grifo nosso).

Esses números não diferem daqueles apresentados pela ex-secretária Cecília Konell em janeiro de 1991, mas uma coisa nos chama atenção: o desejo de "atender a família jaraguarense". Se for verdade que a secretaria procurava atender as famílias jaraguarenses, então o quadro de pobreza já tinha se agravado de tal

forma que a cidade mesmo convivia com o problema. Caso negativo, a cidade já tinha incorporado os migrantes à sua comunidade? O que nos parece é que aqui se trata de um discurso apenas, pois na verdade tanto parte considerável das famílias jaraguenses quanto as de migrantes passavam por sérias dificuldades econômicas.

A Secretaria mantinha também uma Divisão de Apoio à Moradia para acompanhar e orientar o trabalho das 16 associações de moradores existentes na época e atender dois conjuntos habitacionais.

Além disso, outros casos graves estavam acontecendo e chamavam a atenção. Conforme denúncia do então vereador Lio Tironi, cerca de 30 pessoas de três famílias diferentes moravam em condições precárias na encosta de um dos morros do Bairro Ilha da Figueira. Tendo levantado o problema na Câmara de Vereadores, o caso foi parar na prefeitura e o local recebeu a visita de secretários e outros vereadores do município. Descobriu-se que o loteamento, além de irregular, não respeitava a chamada "Cota 100" que delimita os locais para a construção de residências nas proximidades de encostas. Detectado o problema, foi dado um prazo ao proprietário do imóvel para que regularizasse a situação, esclarecendo de antemão que naquele local, residências não poderiam ser erguidas (Opinião, 19/07/1995, p.12).

A mendicância chegava³ em uma cidade *desacostumada a conviver com a pobreza propriamente dita*, onde a mão estendida num canto de calçada não causa nenhuma comoção nos que passam. Nem mesmo a presença da criança maltrapilha e com rostinho esfomeado comove a multidão que se locomove no vai e vem dos afazeres. Outros chegam a olhar,

porém, não movem um músculo sequer em direção à carteira no bolso para socorrer a pedinte. Não que seja o melhor dos procedimentos, mas um município preocupado com a ocupação do seu território no ano de 2010, deve antes de mais nada preparar os seus habitantes para a solidariedade tão necessária no ano de 1995. Dentro de 15 anos, tal sentimento deverá ser ainda maior (Opinião, 28/06/1995, p.15, grifo nosso).

O Opinião (09/08/1995, p.13, grifo nosso) continuava o desfile da pobreza pelas suas páginas, divulgando que "mãe e dois filhos pedem esmolas na Getúlio Vargas em Jaraguá. *Claro que não estamos acostumados a isso*. De repente, são raros os dias em que se transita pelas ruas centrais de Jaraguá do Sul e não encaramos a maior afronta à humanidade: a humildade de pedir".

Em outubro de 1995 o articulista do Jornal do Vale, Udo Leal, afirmava que "esmolar em Jaraguá não dá pé".

Com a notória invasão de famílias de outras regiões, vê-se agora em Jaraguá do Sul o que praticamente nunca se viu antes: um expressivo número de pedintes sentados sobre as calçadas em locais de maior movimento de pedestres. Normalmente são mulheres relativamente jovens, sujas e a exalar um desagradável bodum, que se servem de crianças para reforçar o efeito de bom resultado na mendicância. Mas, ao observá-las do outro lado da rua, vê-se que não conseguem um resultado satisfatório, exatamente porque o jaraguense não está habituado a essas coisas. A maioria não dá esmolas não porque seja ruim ou porque não é caridosa, mas, simplesmente, porque não está acostumada a isso, numa terra onde predomina o trabalho como fórmula

única de ganhar a vida (Jornal do Vale, 11/10/1995, p.2).

O que se lia nos jornais é que uma população de estrangeiros estava chegando a Jaraguá do Sul "atraídos pela falsa idéia de que aqui terão bons salários". A pergunta que se faz é: quem os estava atraindo? Por quê?

A migração já havia tomado conta da propaganda, de forma que a cidade continuava a exercer forte atração não só sobre catarinenses, mas também, em relação a brasileiros de outros Estados. Por isso o visual de algumas regiões periféricas passava por um processo de mutação contínua "e, hoje, são pelo menos 40 loteamentos irregulares, além de áreas invadidas, fruto da ganância de inescrupulosos e ineficiência dos poderes públicos quanto à fiscalização, *habitados em sua maioria por famílias migrantes atraídas pela falsa idéia de que aqui terão bons empregos e a vida digna que cada ser humano almeja para si*" (Correio do Povo, 20/05/1995, p.6, grifo nosso).

Dados da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social davam uma mostra do quadro. Entre janeiro e maio de 1995, 11.285 famílias receberam algum tipo de atendimento numa relação de 8 itens: alimentação, vestuário (que incluem calçados), auxílio funeral, transporte (ônibus), passagens (para cidades catarinenses e de outros Estados), fotografias para documentos, confecção de documentos e carteira para idoso. No ano de 1994⁴ este tipo de atendimento prestado pela Secretaria atingiu aproximadamente 5.300 famílias (Correio do Povo, 20/05/1995, p.6).

Triadas através de um cadastro previamente elaborado, as mais de 11 mil famílias incluíam cerca de

4.500 menores, representadas por 20%, em média, de migrantes na maioria oriundos da Região Oeste de Santa Catarina e do Estado do Paraná, o que equivale a aproximadamente 2.250 famílias. Desdobrados, os números dos primeiros quatro meses deste ano já são expressivos: 1.058 atendimentos com a concessão de 5.773 benefícios. Vale ressaltar que aí não estão incluídas outras centenas de famílias assistidas por igrejas e outras entidades de benemerência da cidade.

Segundo a secretária do Bem-Estar Social, Maria Luiza Vasel

Na prática não há como se conter este processo de migração e empobrecimento deste expressivo número de famílias. Para isso, necessário seria a garantia de emprego e moradia, pelo menos, coisas que não estão no alcance exclusivo do poder público. O que fizemos é apenas um paliativo, evitando-se que o quadro de pobreza seja ainda mais dramático (Correio do Povo, 20/05/1995, p.6).

O crescimento da população apresentava o retrato da miséria que “certamente em outros tempos tal quadro não seria verificado em Jaraguá do Sul”. Para as autoridades este quadro, intrinsecamente ligado ao crescimento populacional, já estava se tornando comum⁵. Não bastassem, segundo elas, o surgimento de loteamentos irregulares com moradias sem as mínimas condições de habitabilidade, estes mesmos ocupantes, na maioria das vezes, de mão-de-obra desqualificada, não encontram alternativas senão esmolar pelas ruas da cidade a compaixão dos transeuntes na esperança de conseguir o sustento,

na maioria das vezes, de uma família inteira.

A constatação poderia ser feita andando alguns quarteirões pelas ruas do centro, onde

há pedintes pelas ruas, fato raro há alguns anos atrás. A esperança de dias melhores e o título de 3º Parque Industrial do Estado trazem para Jaraguá do Sul um número cada vez mais crescente de pessoas vindas dos mais distantes pontos do país. Sem mão-de-obra especializada carregam a esperança de viverem dias melhores com ganhos um pouco maiores que o salário mínimo de famílias numerosas, travam a primeira batalha com o custo de vida do município. A guarida é garantida nos mais diferentes pontos em loteamentos clandestinos. Os passos seguintes serão mais cruéis e transformam as ruas centrais da cidade em pontos preferidos por aqueles cuja esperança de uma refeição para matar a fome está na mão amiga de alguém capaz de condoer-se com a situação de alguém menos favorecido (Opinião, 19/07/1995, p.12).

Os exemplos de pobreza e miséria não paravam de aparecer na tão propalada “cidade da qualidade de vida”. Em 1996 quatro pessoas viviam com apenas uma panela de macarrão por dia embaixo da ponte que liga o bairro Ilha da Figueira e Vila Lalau. José Vanderlei Carro, 41 anos, natural de Guarapuava (PR) e Rosângela Oliveira Martins Francisco, 37, também natural de Guarapuava, Josiane Aparecida, 23 anos, natural de Ponta Grossa (PR) e Adilson dos Santos, também natural de Ponta Grossa estão instalados debaixo da ponte desde a semana passada. (...).

Sofrendo de úlcera há cinco anos, Rosângela Francisco, relata que só permanece em Jaraguá do Sul porque a prefeitura não quer oferecer uma passagem de volta para o seu Estado.

Eu fui na Prefeitura de Jaraguá, mas eles disseram que não têm dinheiro nem para nos dar um passe”, garantiu. A situação dos demais é semelhante. José Carro diz que trabalha com artesanato, mas que não consegue arranjar um emprego na cidade. O caso mais grave, porém, é de Josiane Aparecida. Praticamente sem nenhuma condição de andar, está com problemas na garganta e ainda diz que não consegue dormir à noite devido ao seu problema de elevação da temperatura do corpo. O local onde vivem os dois casais é infestado de mosquitos, havendo uma grande quantidade de entulhos por todos os lados (Jaraguá News, 15/02/1996, p.4).

Ademir Izidoro, Secretário de Habitação e Ação Social, enfatizava que o fluxo migratório na região vinha aumentando e a migração começava a se tornar um alvo de relevância para a Secretaria. Ademir Izidoro dizia ainda que a prefeitura vinha tentando contribuir com os casos mais pequenos, como nos casos de pessoas que buscam a prefeitura para solicitar dinheiro objetivando sair da cidade (Jaraguá News, 15/02/1996, p.4).

As expressões “não estamos acostumados a isso”; “não faz parte de nossa cultura”; “notória invasão de famílias de outras regiões”, divulgadas pelos jornais, começavam a deixar claro, a partir daqueles anos, de quem era a culpa pelos problemas enfrentados pela cidade: dos migrantes. Por isso, o Opinião, alguns meses

depois, iria fazer a defesa do progresso, pois “na companhia do progresso caminham os problemas. Não há progresso sem compulsões sociais, em menor ou maior intensidade, nos mais diferentes ângulos. Precisamos estar preparados para conviver com tais situações. Este é o preço! Quem quer crescer deve acostumar-se com as conseqüências de tal mudança” (Opinião, 31/07/1996, p.2).

Outros jornais também destilaram sua voz sobre os migrantes, de forma que podíamos ler que

a alta incidência de irregularidades em loteamentos de Jaraguá do Sul vai ser combatida com rigor pela administração municipal, através da Secretaria de Planejamento. (...) Quatro loteamentos já foram indeferidos pelo prefeito, apesar de já terem sido comercializados e ocupados irregularmente, com infringência às leis de urbanismo e ao Código de Posturas Municipais, alguns sequer liberados para a venda e outros aprovados sem a necessária observância das normas legais. Por causa disso, Jaraguá do Sul vive hoje sob ameaça de deslizamentos, enchentes e obstruções viárias, de encanamentos de água e esgoto, retenção pluviais e invasão de áreas verdes, algumas até comercializadas como particulares. Essa ação inescrupulosa foi praticada, até o ano passado, com a conivência da prefeitura, inclusive em construções na área central e periferias (Jaraguá News, 18/03/1993, p.8).

Para a Prefeitura de Jaraguá do Sul, a cidade caracterizava-se por um processo acentuado e crescente de urbanização.

A população urbana, ao contrário da rural, aumenta num percentual elevado, gerando constantes problemas para a cidade. Este crescimento acelerado traz para a comunidade e para a administração pública, novos e diferentes desafios. (...) Seu perfil altamente industrializado, aliado às constantes notícias de qualidade de vida, atraem o migrante, principalmente o de baixa renda e profissionalmente não qualificado, gerando déficit habitacional, carência de infra-estrutura, vandalismo, violência e ocupação indevida do solo, muitas vezes em áreas de risco. Assim, é de suma importância a promoção da ocupação do solo através do trabalho integrado com outros órgãos governamentais ou não, racionalizando esforços e recursos (Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, 2001).

Se as palavras para caracterizar o movimento migratório agora eram desenfreada e desordenada, em substituição a uma onda que não passou, o que permaneceu foi a idéia da cidade proibida e da segregação ativa.

(...) a “forma desordenada como são invadidas as duas principais cidades da microrregião é preocupante, havendo a necessidade de se reverter o quadro e conter a migração. Não que se seja contrária à livre ida e vinda das pessoas. Mas há necessidade de preservar a qualidade de vida, construída com muito sacrifício, mas que vem caindo assustadoramente. O aumento da criminalidade, a favelização, são alguns reflexos do problema (Jornal do Vale, 12/04/1990, p.11).

Para resolver o problema o Jornal do Vale (12/04/1990, p.11) sugeria que as

prefeituras, através da assistente social deveriam, de forma urgente, criar mecanismos que inibissem a vinda desses migrantes, instituindo, por exemplo, um posto do migrante, que oferecesse recursos para o retorno às cidades de origem e aconselhando-os a divulgarem que, a exemplo de outras cidades, Guaramirim e Jaraguá do Sul, principalmente, possuem dificuldades enormes na área habitacional e carência de vagas nas escolas, entre outras. Não se tratava de atitude radical e anticristã. Mas é uma forma de preservarmos a nossa própria qualidade de vida.

Por sua vez os empresários⁶ entregaram um documento ao prefeito Ivo Konell, evidenciando sua preocupação com a migração desenfreada a Jaraguá do Sul e propondo um melhor controle e fiscalização do fluxo migratório à região. Gilmar Moretti, presidente da Associação Comercial e Industrial, ressaltava que Joinville e Blumenau, municípios visados devido à industrialização e forte economia, já executam uma política de controle e que Jaraguá do Sul tem sido a válvula de escape, com repercussão também nas cidades vizinhas como Guaramirim e Schroeder (Jornal do Vale, 14/11/1991, p.7).

Para Gilmar Moretti, na mesma matéria, “a migração é o reflexo da crise sócio-econômica do país e as regiões economicamente mais fortes atraem os migrantes em busca de novas oportunidades, inexistentes nas suas regiões de origem”. Por isso, segundo ele, mas sem citar que isso

poderia se tratar de uma atitude anticristã ou coisa parecida, “é necessário começar já um trabalho concreto de controle e fiscalização da migração⁷, pois de certa forma já estamos atrasados nisso”.

Esta forma de controle social é depositária de um conjunto de teorias que identificam o crime à desordem. A pressuposição básica que permeia esta associação está na análise do processo rápido de industrialização e urbanização que acometeu o século passado, dissolvendo vínculos socialmente significativos de migrantes pobres expostos ao ócio, ao vício, ao crime e à mendicância.

Como aqui estaria a relação causal entre pobreza, marginalidade e criminalidade, o remédio apregoado é a vigilância e o controle dos nichos de resistência à lei e à ordem, para dissuadir a migração de novos contingentes para as classes denominadas “perigosas”, enquanto as condições existenciais da pobreza não forem afetadas pelas políticas públicas de distribuição da riqueza social. Esses mecanismos de controle descrevem técnicas e táticas de uma dominação que não se importa em estudar as causas da delinquência, mas se interessa principalmente com os mecanismos de controle de sua capacidade de mobilização social.

Como podemos observar, esses são discursos e estratégias com claras referências e rebatimentos territoriais que expressam o projeto de segmentos locais/regionais das elites. Encontramos, igualmente, o esforço de tornar estas estratégias um eixo de coesão da sociedade local/regional em torno dos *interesses comuns* – no caso “a preservação de nossa boa qualidade de vida”. Ao invés de contraporem seus interesses e pautas regionais ao Estado central,

adotam um liberalismo realista e pragmático: total liberdade para o capital, total controle sobre o fluxo da força de trabalho (Vainer, 1995, p.175, grifo nosso).

* **Anelmo Schörner é Doutor em História, Prof. da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO, campus de Irati.**

NOTAS

1 – Os jornais citados e publicados em Jaraguá do Sul são: A Gazeta, AN Jaraguá, Correio do Povo, Espaço Popular, Gazeta de Jaraguá, Jaraguá News, O Mensageiro de Jaraguá, O Municipalista e Opinião. Citamos também o Jornal de Santa Catarina (Blumenau), o Jornal do Vale (Guaramirim) e o A Notícia (Joinville). Além desses, lemos os jornais A Cidade, Tribuna Popular, Alternativa, Jornal do Médio Vale, Decisão e Dimensão, todos de Jaraguá do Sul.

2 – O uso do jornal como fonte já foi discutido por vários autores, como: Capelato e Prado (1980), Capelato (1988) e Mamou (1991).

3 – Nos anos 1970 os jornais noticiavam a mendicância que, em determinado momento, passa a ser apontada como problema. Até então, a cidade orgulhava-se de não possuir mendigos, muito embora houvesse “lá um ou outro inválido, conhecido de todo o mundo, com freguesia certa”.

4 – Neste ano a Ação Social de Jaraguá do Sul estava completando 30 anos de fundação. Fundada em 15/11/1964 por um grupo capitaneado por Dorval Marcatto e Carmem Piazeria Breithaupt, tinha como lema “Ensinar a pescar e não dar o peixe”. Seu objetivo era “Promover o outro, dar aos menos afortunados a oportunidade de se integrarem à sociedade. Valorizar a pessoa humana, proporcionando à nossa clientela meios para adquirirem um melhor padrão de vida, com maior segurança, levantando-lhes a moral, fazendo-os sentirem-se úteis à sociedade” (Baumer, 1994).

5 – Relembremos a matéria sobre as 11 mil famílias assistidas pela Secretaria de Bem-Estar Social. Segundo o

cadastro, cerca de 20% eram de famílias migrantes. E o resto? De jaraguenses? Pela informação sim, o que equivalia acerca de nove mil. Pois bem, a pobreza era uma realidade da cidade, e não só resultado do processo migratório, como queriam fazer crer as autoridades.

6 – Agora, pelo visto, eles esqueciam que eram, também, responsáveis pela vinda dos migrantes, na medida em que tinham contribuído para consolidar a propaganda de Jaraguá do Sul como um lugar de muitos empregos e oportunidades, conforme várias entrevistas com moradores do Morro da Boa Vista e da Pedra.

7 – O alerta social para a presença e crescimento da pobreza e da miséria dirige-se diretamente ao poder público, manifestando a clara percepção de que cabe a esse poder o controle sobre a organização do espaço urbano e o dever de garantir os direitos a todos.

REFERÊNCIAS

- BAUMER, Gerd Edgar
(1994) *Resumo histórico da ação social em Jaraguá do Sul*. Mimeo.
- CAPELATO, M. Helena e PRADO, M. Lígia
(1980) *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo, Alfa-Omega.
- CAPELATO, M. Helena
(1988) *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo, Editora da USP/Contexto.
- COSTA, Iara Andrade
(2000) “A cidade da ordem: Joinville, 1917-1943”. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (org.). *Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville, Editora da Univille.
- MAMOU, Yves
(1991) *A culpa é da imprensa! Ensaio sobre a fabricação da informação*. São Paulo, Marco Zero.
- PREFEITURA MUNICIPAL de Jaraguá do Sul
(2001) *Agenda 21 Local*. Jaraguá do Sul.
- VAINER, Carlos B.
(1995) “Regionalismos: anacronismo ou pós-modernidade?” In: GONÇALVES, Maria Flora (org.). *O novo Brasil: impasses, dilemas, perspectivas*. Mercado Aberto, Porto Alegre.